

GREEN GRABBING E A CONSERVAÇÃO NEOLIBERAL

Mariany Martinez dos Santos¹

Resumo

O objetivo do presente texto é apresentar a associação entre os conceitos de acumulação por espoliação e conservação neoliberal emergentes na literatura acadêmica sobre a questão agrária. Neste sentido, o processo denominado *green grabbing*, ou “apropriação verde” implica na transferência do controle sobre os recursos locais para os segmentos de maior poder, político e/ou econômico, por meio do ordenamento territorial, restrições legais de acesso e uso de bens naturais, incluindo ou não a mudança no regime de propriedade, alicerçada à bandeira da sustentabilidade e dos valores da conservação ambiental.

Palavras-chave: *Green Grabbing*, Conservação Neoliberal, Acumulação por Espoliação.

O processo de acumulação por espoliação descrito por Harvey (2005) coloca no tempo presente da geografia do capitalismo as características atribuídas por Marx à acumulação primitiva. Tais mecanismos de acumulação não-capitalista possibilitam transcender a estagnação da sobreacumulação (excedentes de capital) através da liberação de “(...) um conjunto de ativos (incluindo, força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)” (Harvey, 2005, p. 124) e, deste modo, o capital sobreacumulado se reproduz. O papel análogo que Marx atribuiu à acumulação primitiva enquanto “pecado original” a situou na pré-história do mundo capitalista e responsável pelo estabelecimento das bases para o seu desenvolvimento, “despojando as grandes massas de seus meios de produção e de existência tradicionais” (Marx, 1989), ou seja, centrada na separação entre produtor e meios de produção. A releitura de Harvey pontua que tais processos, a exemplo da privatização da terra e expulsão das populações locais, a conversão de direitos de propriedade, o bloqueio do acesso à bens comuns e mercantilização de recursos naturais, estão em curso e possibilitam, na atualidade, a acumulação e reprodução do capital por meio da espoliação e expropriação continuadas.

Sauer & Borras Jr. (2016) analisam o fenômeno contemporâneo da apropriação de terras em escala global (*land grabbing*) ancorados na intensa profusão de artigos acadêmicos

¹ Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: marianym@gmail.com

Comentado [R1]: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples, alinhado à direita

Nota de Rodapé com Filiação institucional e endereço eletrônico para cada autor.

que buscam compreender suas particularidades em relação aos processos antigos de acumulação. Os autores identificam um contexto recente de investimentos de revalorização da terra, justificado pelas crises da segurança alimentar, energética, climática e financeira, que inclui em sua rede novos atores como empresas do setor financeiro, de petróleo, fundos de pensão e investimento. Tal cenário é marcado pela dinamização da comercialização extensiva de terras localizadas majoritariamente na África e América Latina e, no Brasil, as formas contemporâneas de apropriação estrangeira de terras emergiram com o agronegócio transnacional e capital internacional desempenhando um papel central na expansão das fronteiras agrícolas (Clements & Fernandes, 2013).

Incluída na lógica da acumulação por espoliação, alguns autores dialogam com o processo designado como *green grabbing* (“apropriação verde”) (James et al., 2012; Weeber, 2016; Holmes, 2014). Este processo relaciona-se a apropriação de terras e recursos naturais sob o discurso e práticas preservacionistas, possibilitando a transformação de direitos de uso e propriedade, bem como a comoditização da natureza para fins de acumulação de capital. O termo vem sendo utilizado nas publicações acadêmicas para referir-se a um mecanismo de crescente ocorrência que associa agendas “ambientalistas” aos interesses neoliberais, a partir de uma complexa rede híbrida de atores transnacionais agindo em diversas escalas, ancorados em arsenal discursivo próprio, referenciado em elementos científicos, políticos e econômicos.

Em particular, associa-se também ao estabelecimento de áreas protegidas enquanto mecanismo que possibilita a criação e reprodução dos meios de produção capitalista pelo cercamento e titulação de terras, expropriando e marginalizando agricultores e pequenos proprietários em detrimento de investidores exógenos (Buscher, 2009; Kelly, 2011). As narrativas relacionadas a conservação dos recursos naturais e de espécies ameaçadas têm legitimado a apropriação, legal ou não, de grandes extensões territoriais, modificando profundamente relações sociais, econômicas e culturais. Buscher (2009) apresenta o exemplo das *Transfrontier Conservation Areas* (ou áreas de conservação transfronteiriças) na região sul africana em que o discurso da conservação neoliberal tem apontado para a necessidade de desenvolvimento de um ambiente favorável à atração do capital privado com o objetivo de garantir a legitimidade da conservação ambiental e a promoção de empregos pelo turismo. Neste sentido, populações locais foram induzidas à marginalização pela expropriação de suas propriedades coletivas, bloqueio de acesso aos recursos comuns e a ameaça das companhias turísticas de migrarem, anulando as oportunidades de emprego no local. A indústria do

turismo é comumente referida como potencial conciliadora entre os interesses conservacionistas, de desenvolvimento e de setores privados, porém, tais soluções baseadas no mercado, tem resultado na dependência de tais populações a um segmento econômico que não possuem controle e sua submissão à escala mais baixa da economia monetária, a exemplo da insuficiente oferta de empregos (mal remunerados). Buscher (2009) conclui que o modelo de conservação ambiental sob os preceitos do neoliberalismo tem se transformado em um potencial agente de acumulação primitiva, na medida em que solidifica a ideia de que o equilíbrio ambiental somente será alcançado pelo, e, no interior do capitalismo.

Os paralelos entre as práticas de conservação e a acumulação primitiva necessitam o delineamento de suas possíveis dissidências, como o argumento de que esta envolve a apropriação de recursos comuns, coletivamente geridos, a favor da propriedade privada e ao direito exclusivo de um proprietário ou grupo, enquanto aquela compõe reservas de titulação pública, geridas pelo Estado. Kelly (2011) aponta que atualmente são diferentes atores responsáveis pela conservação ambiental e, no lugar de um único Estado colonial atuando na espoliação das populações locais, enumeram-se organizações não-governamentais internacionais, indivíduos, agências de turismo, nações estrangeiras e órgãos governamentais que almejam a criação de áreas protegidas para sua governança através dos governos nacionais e das populações locais. A autora enumera que o envolvimento dos diversos atores garante condições para a produção capitalista pela expansão do alcance da economia de mercado, garantindo fornecimento de força de trabalho a baixo custo e disponibilização de materiais, mantendo as condições necessárias à produção capitalista ao seu nível mais básico.

Fairhead et.al (2012) pontua que essa nova economia política da terra e dos meios de sobrevivência, impulsionados pela economia verde e pelo discurso ambiental, vêm permitindo novas leituras da natureza e têm legitimado e incentivado apropriações (*green grabbing*), fazendo-se necessário o estudo desse fenômeno para a compreensão dos novos dilemas da questão agrária.

Referências Bibliográficas

BROCKINGTON, D. Ecosystem services and fictitious commodities. **Environ. Conserv.**, 38(4), 367-369. 2011.



BUSCHER, B. Letters of gold: Enabling primitive accumulation through neoliberal conservation. **Human Geography**, v. 2, n. 3, 2009.

CLEMENTS, E. A., FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. Agrarian South: **Journal of Political Economy**. v. 2, 2013.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: A new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, 39(2), 237-61, 2012.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOLMES, G. What is a land grab? Exploring green grabs, conservation, and private protected areas in southern Chile. **Journal of Peasant Studies**, v. 6150, n. September, p. 1-21, 2014.

JAMES, F.; LEACH, M.; SCOONES, I. Special Issue:- Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. No. 2 April, p. 237-261, 2012.

KELLY, A. Conservation practice as primitive accumulation, **Journal of Peasant Studies**, 38(4), 683-70, 2011.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. 6 ed. Trad. Walter S. Maia. São Paulo: Global, 1989.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

WEEBER, S. Nodes of resistance to green grabbing: a political ecology. **Environment and Social Psychology**, v. 1(2), p. 116-129, 2016.